

ALERTA URGENTE: ANÚNCIOS RECENTES SOBRE PRIVATIZAÇÃO, A EXTINÇÃO DE PROGRAMAS NA EDUCAÇÃO E A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) 241/2016 COLOCAM EM RISCO A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL



As novas medidas econômicas anunciadas pelo novo presidente Michel Temer e suas recentes mudanças realizadas no Ministério da Educação, como a extinção de importantes programas e portarias (Portaria MEC nº 369/2016, que estabelece o Sinaeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; Mais Educação; Proinfância; Pronacampo; Brasil Alfabetizado), colocam em risco a garantia do direito à educação no Brasil. Uma preocupação urgente diz respeito à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que estabelece um novo regime fiscal, determinando que nenhum investimento nas áreas sociais pode ser superior ao reajuste inflacionário. Isso significa que nenhum centavo novo vai chegar para construir escolas, pré-escolas, creches, melhorar as universidades públicas, a educação básica, o salário dos professores. Em resumo, a PEC 241/2016 praticamente inviabiliza as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (Lei 13.005/2014).

A PEC 241 contraria as últimas recomendações do Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC) da ONU (2015), que sublinhou a necessidade de assegurar recursos para a implementação do Plano Nacional de Educação, mesmo em momentos de crise.

A proposta coloca em risco o cumprimento do Plano Nacional de Educação. De acordo com as metas do Plano, o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), mecanismo criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, deveria ter sido implementado desde junho de 2016. O CAQi prevê o investimento de R\$ 37 bilhões a mais na educação, assegurando valorização dos profissionais da educação e escolas com um padrão mínimo de qualidade. Sobre o CAQi, acesse: www.custoalunoqualidade.org.br.

A PEC 241/2016 é uma grande ameaça ao direito à educação e coloca em risco a educação de cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, que estão fora da escola, de acordo com pesquisa da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do UNICEF, no âmbito da iniciativa “Fora da Escola Não Pode!”. Para assegurar o direito humano à educação e para cumprir com as metas do Plano Nacional de Educação, precisamos expandir:

3,4 milhões de matrículas em creche
700 mil matrículas na pré-escola
500 mil matrículas no ensino fundamental
1,6 milhão de matrículas no ensino médio
2 milhões de matrículas no ensino superior público

É preciso reiterar que a Lei do Plano não é apenas uma carta de intenções. O PNE é um projeto que pretende expandir matrículas da creche à pós-graduação, aliando ampliação de vagas com qualidade. É uma lei democratizadora. Diante dessa situação, precisamos nos posicionar urgente e fortemente contra a PEC 241/2016, que impede a implementação do CAQi, que deveria ser nossa prioridade. Nesse sentido, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação faz um chamamento à comunidade internacional para os impactos negativos dessas medidas no cumprimento do direito à educação.

O Plano, contudo, não vem sendo cumprido desde sua aprovação em 2014. Em 2015, o ajuste fiscal promovido por Joaquim Levy, então Ministro da Fazenda de Dilma, inviabilizou o cumprimento de importantes metas e estratégias do Plano. Neste ano, o PNE está sendo escanteado devido à falta de prioridade dada pelos governos, a crise econômica e a crise política. Nenhuma das 14 metas e estratégias da Lei 13.005/2014, do Plano Nacional de Educação 2014-2024, com previsão para 2015 e 2016 foram integralmente cumpridas. A ameaça que representam essas medidas foi levada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, juntamente com outras organizações da sociedade civil - Ação Educativa, Anceped e Conectas – para os especialistas do Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU, em Genebra, que levaram em consideração todas as denúncias em suas conclusões no documento

final para o Brasil. Veja o documento na íntegra aqui: <http://campanha.org.br/wp-content/uploads/2015/10/G1524832.pdf>

Agora, a Campanha traz um alerta internacional para os direitos humanos no âmbito dos últimos anúncios sobre próximas medidas econômicas do presidente Michel Temer. A implementação do PNE está ainda mais em risco devido à falta de prioridade dada pelo novo governo às áreas sociais, neste momento de crise política e crise econômica.

Desde maio de 2016, quando a ex-presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo e seu então vice e atual presidente, Michel Temer, assumiu a interinidade no contexto do processo de impeachment, o cenário político tem mudado a cada dia, desafiando a Campanha a dar respostas rápidas no sentido de reafirmar a necessidade de garantir que não sejam feitos cortes nos recursos alocados para a educação, assegurando a implementação da Lei 13.005/2014, do PNE, e especialmente do CAQi/CAQ. A Campanha está atuando com foco total na promoção de um alerta nacional e internacional acerca dos riscos das novas medidas econômicas anunciadas por Temer.

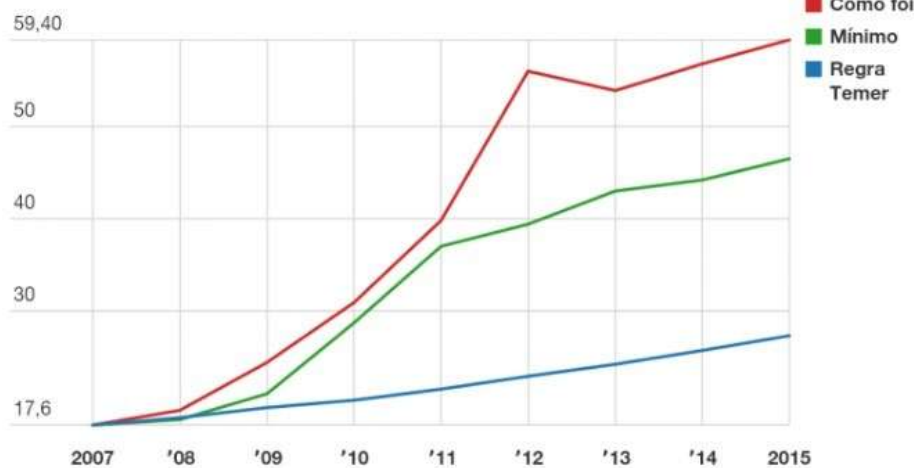
Grande exposição na imprensa, vídeos para redes sociais e o novo site da Campanha (www.campanha.org.br) com uma página especial para o tema www.campanha.org.br/pec241 – produzida juntamente com os membros da rede da Campanha – têm sido efetivas na estratégia de incidência para este momento que o Brasil enfrenta.

ENTENDA A PROPOSTA EM DETALHE:

O Brasil precisa expandir matrículas e aumentar o investimento em educação e não reduzir. O gráfico abaixo apresenta uma simulação do impacto da PEC 241 se ela estivesse sido implementada nos últimos 8 anos (de 2007 a 2015) – um período em que a sociedade civil teve suas principais conquistas no financiamento da educação no Brasil. A linha vermelha (de cima) do gráfico mostra que a sociedade civil conquistou um patamar superior ao apresentado pela linha verde (do meio), que representa o mínimo constitucional. A PEC 241, se estivesse em operação, representaria uma realidade de investimentos bastante baixos – vide linha azul (de baixo).

EVOLUÇÃO DOS GASTOS FEDERAIS EM EDUCAÇÃO

R\$ bilhões, excluindo salário educação



Source: Tesouro Nacional

A linha vermelha representa uma verdadeira conquista, fruto de um processo de interlocução e disputa entre a sociedade civil e os governos do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma Rousseff, prevalecendo a posição da sociedade civil e se configurando em um patrimônio de toda a sociedade brasileira.

Vale relembrar que o crescimento da curva após 2007 é fruto da complementação da União ao Fundeb que, junto com a inclusão das creches, teve a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e sua rede como protagonistas, culminando com a conquista pela Campanha do Prêmio Darcy Ribeiro 2007 pela liderança em tal processo. A partir de 2009, a curva é fruto do fim das Desvinculações de Receitas da União - DRU, também mérito da pressão de toda comunidade educacional brasileira.

O prejuízo dessa matéria é um prejuízo absoluto para as famílias brasileiras e para o próprio desenvolvimento do Brasil. O Brasil vive hoje seu último bônus demográfico. É a última população com alta representação de crianças e jovens. A partir de agora, o país vai se tornando cada vez mais um país adulto e, posteriormente, um país idoso. Um país de uma população idosa, que não teve acesso à educação de qualidade, significa um país idoso sem capacidade efetiva de participar da economia mundial.

Então é fundamental que a sociedade se oponha à PEC 241. Parece que estamos falando só do nosso presente ou só do Plano Nacional de Educação que se encerra em 2024 mas, na realidade, estamos falando de um período de vinte anos de vigência dessa proposta de diminuição do investimento em educação, saúde, e assistência social. E vamos viver vinte anos de finalização da possibilidade de o país ser de fato próspero e digno para sua população.



MDE x PEC 241/16 - Projeção 2016 a 2025

Valores em R\$ bilhões

EXERCÍCIO	Receita Líq. de Impostos (RLI)	Aplicação Mínima (18% da RLI)	Aplic. Mín. pelo IPCA (PEC)	Diferença (PEC e regra atual)	Aplicação em MDE (executado)	Aplic. MDE pelo IPCA (PEC)	Diferença (PEC e regra atual)
(1) 2016	259,7	46,7	46,7		59,7	59,7	
2017	276,7	49,8	50,1	0,3	63,6	64,0	0,4
2018	296,4	53,3	52,9	-0,5	68,2	67,5	-0,6
2019	315,9	56,9	55,5	-1,4	72,7	70,9	-1,7
2020	336,7	60,6	58,0	-2,6	77,4	74,1	-3,3
2021	359,8	64,8	60,6	-4,1	82,8	77,5	-5,3
2022	384,4	69,2	63,3	-5,9	88,4	80,9	-7,5
2023	411,8	74,1	66,2	-7,9	94,7	84,6	-10,1
2024	442,1	79,6	69,2	-10,4	101,7	88,4	-13,3
2025	475,9	85,7	72,3	-13,4	109,5	92,4	-17,1

Elaboração: CONOF/CD em jun/2016

Fonte: Tesouro Nacional - Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de 2010 a 2015.

Projeção 2017 a 2025 pela variação PIB real e IPCA

PIB real e IPCA (projeção): Relatório Focus-Bacen (até 2020) e Conof/CD com base Focus-Bacen (2012 a 2025)

(1) RLI estimada para 2016 com base no decreto de limitação de empenho (Decreto nº 8.784 de 7/6/2016). Para os demais exercícios, estimou-se pela variação projetada do PIB real e inflação pelo IPCA. Já a estimativa do MDE executado em 2016 foi de 23% da RLI, com base na média dos 2 últimos exercícios.

LEIS EM RISCO DIRETO

LEI	DESCRIÇÃO
11.738/2008	Piso Nacional Salarial do Magistério
12.858/2013	Destinação de recursos petrolíferos para educação e saúde
13.005/2014	Plano Nacional de Educação

PAUTAS EM RISCO DIRETO

LEI	DESCRIÇÃO
11.494/2007	Lei do Fundeb e novo Fundeb
	Lei complementar do Sistema Nacional de Educação
	Regulamentação do CAQi-CAQ (Custo Aluno-Qualidade Inicial e Custo Aluno-Qualidade)

Mais informações e contato:

Campanha Nacional pelo Direito à Educação – www.campanha.org.br
coordenacao@campanha.org.br